



**PUC-SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**LUCAS SAIS SANTIAGO**

**HISTÓRIA DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT) NO BRASIL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**SÃO PAULO – SP**

**2025**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE**

**CURSO DE PSICOLOGIA**

**LUCAS SAIS SANTIAGO**

**HISTÓRIA DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT) NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia, no Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Marlise Aparecida Bassani.

**SÃO PAULO – SP**

**2025**

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe e meu pai, que me apoiam incondicionalmente em todos os momentos, que me inspiram a sempre encarar os desafios da vida sem me abater.

A todas as minhas amizades, em especial a Fernanda, Beatriz e Camila, com quem pude sempre contar, que me motivam a acreditar no meu trabalho e que tornaram a minha experiência de graduação muito melhor com nossas conversas e cuidados mútuos.

À professora Clarissa Metzger e ao Instituto A Casa, por me apresentar ao Acompanhamento Terapêutico, prática clínica que contribuiu minha formação enquanto psicólogo sempre reforçando a reflexão crítica.

À minha orientadora, professora Marlise, por acreditar no projeto e apostar desde o início na produção deste trabalho, me orientando com dedicação e parceria.

E à Luta Antimanicomial, berço do AT, que reverbera suas mais radicais reflexões até a atualidade.

## RESUMO

SANTIAGO. Lucas S. **História do Acompanhamento Terapêutico (AT) no Brasil**. São Paulo, 2025. 31fl. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2025.

**Orientação:** Profa. Dra. Marlise Aparecida Bassani

O objetivo deste trabalho foi apresentar um panorama sobre a história do Acompanhamento Terapêutico (AT), a partir da revisão integrativa dos trabalhos selecionados nas plataformas CAPES e SciELO, e apresentar uma reflexão sobre como a história dessa prática é abordada nos diferentes trabalhos. Escolhemos a exposição em formato de ensaios entendendo que a explanação da história do Acompanhamento Terapêutico necessita de um esforço integrativo das informações contidas nos diferentes trabalhos, tratando das imprecisões e divergências entre eles compondo uma *possível* história para a prática. No primeiro ensaio construímos uma história possível para o AT, a partir de um esforço de integração das informações contidas nos diferentes trabalhos analisados. No segundo ensaio apresentamos as pesquisas analisadas, organizadas em dois grupos de aglutinação, um cujos trabalhos apresentavam em seus objetivos principais a investigação da história do AT, e outros que apesar de conter alguma exposição sobre a história, tinham-na como elemento secundário de sua produção, frequentemente como ferramenta de contextualização. No terceiro ensaio pontos de interesse extraídos da revisão exposta no segundo ensaio. A pesquisa nos aponta que é marcante nos trabalhos a afirmação da escassez de produções sobre o AT, além da falta de um reconhecimento profissional para a prática. Esses pontos nos levaram a refletir sobre o espaço vazio produzido por essa falta de definição e reconhecimento, que tornam a prática vulnerável a capturas que podem desconsiderar toda a história do AT, seu caráter crítico e político. Entendemos a possibilidade da produção coletiva de parâmetros a serem regulamentados como possibilidade de respaldar os trabalhos em Acompanhamento Terapêutico, preservando sua história e considerando os trabalhos produzidos ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Acompanhamento Terapêutico. Luta Antimanicomial. História da Psicologia.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>Ensaio 1 – Uma história possível para o Acompanhamento Terapêutico .....</b>	<b>8</b>
<b>Ensaio 2 – Construindo o Possível: As Diferentes Versões da História do AT na Produção Acadêmica.....</b>	<b>14</b>
<b>Ensaio 3 Questões emergentes: Reflexões sobre a história e Identidade do Acompanhamento Terapêutico.....</b>	<b>22</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>28</b>

## INTRODUÇÃO

O Acompanhamento Terapêutico<sup>1</sup> no Brasil é uma prática do campo da psicologia que possui uma certa difusão na comunidade, é praticada tanto por estudantes, profissionais da área ou até mesmo de forma leiga por pessoas interessadas. No entanto, suas origens e definição são alvos de um contínuo debate desde até mesmo antes do surgimento de sua nomeação.

A história do AT, por mais que no presente trabalho seja utilizado o recorte *Brasil*, transcende as fronteiras do país, do continente, das abordagens psicológicas etc. Sua prática, como veremos a seguir, revela os ecos dessa diversidade constitutiva que, de forma viva, continua aparecendo enquanto a prática do AT se transforma e diverge de si mesma.

Porém, essa história polimórfica, somada à postura do campo da psicologia com relação ao AT, produziu uma certa indefinição constituinte, que impediu, no Brasil, a consolidação do AT enquanto uma prática reconhecida de forma autônoma, o que dificulta a consolidação de um alicerce para o desenvolvimento da prática.

O caminho metodológico para realização da presente pesquisa foi traçado a partir da seleção bibliográfica sobre o tema, que partiu de revisão bibliográfica de artigos selecionados pelos critérios de: produção brasileira, artigos de revisão, consulta às referências utilizadas pelos autores dos artigos.

A sistematização dos artigos levantados levou à ampliação da bibliografia, incorporando livros e capítulos em coletâneas sobre o desenvolvimento da prática do Acompanhamento Terapêutico em outros países.

Considerando este percurso de levantamento e sistematização bibliográfica, construiu-se um material histórico a partir de fontes secundárias, ou seja, material documental de fontes primárias trabalhado analisado e discutido por outros autores. Optou-se, então, por realizar uma revisão integrativa, desta etapa da construção da pesquisa, resultando nos dois primeiros ensaios.

A revisão bibliográfica integrativa tem como foco o tema, possibilitando a exploração do tema, no caso a história do Acompanhamento Terapêutico, de maneira mais flexível, incorporando diferentes tipos de estudos, como os utilizados nas fontes secundárias selecionadas, proporcionando análise e discussão para atingir os objetivos propostos na

---

<sup>1</sup> Os termos “Acompanhamento Terapêutico” e “acompanhante terapêutico” serão abreviados ao longo do texto da seguinte forma: “AT” para referenciar a prática e “at” para referenciar o praticante.

presente pesquisa. Proporciona, também, análise crítica sobre conceitos, identificação de lacunas, identificação de áreas que estudam o tema em questão, como pontuou Russel (2005).

A partir da análise que se desenrolava durante a organização dos dados provenientes da revisão bibliográfica, passou-se a buscar documentos originais sobre como o Acompanhamento Terapêutico foi, ou ainda está sendo abordado pela Psicologia como profissão. A pesquisa, então, incorporou consulta a documentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que resultou no terceiro ensaio do presente trabalho.

A escolha pela composição e apresentação da pesquisa em ensaios que, segundo Severino (2013), apresenta-se como proposta de exposição lógica e consistente, em um texto com articulação das informações coletadas sobre o tema, com início, desenvolvimento e conclusão. Os ensaios são propostas de apresentação, como exercícios, de construção lógica que melhor refletisse o processo metodológico desenvolvido durante a construção da pesquisa.

## Ensaio 1 – Uma história possível para o Acompanhamento Terapêutico

Neste ensaio, pretendemos apresentar a história do acompanhamento terapêutico apreendida por meio da análise dos trabalhos coletados na revisão integrativa a fim de situar o leitor sobre como se deu o AT como prática da área da saúde mental. Sua história se mistura com a história da Luta Antimanicomial - LAM<sup>2</sup> e da Reforma psiquiátrica, por conta da relação entre práticas antecessoras do AT com a promoção da desinstitucionalização da loucura. O ensaio apresentará as influências europeias que inspiraram o desenvolvimento das reformas psiquiátricas na Argentina e no Brasil, seguido pela apresentação do trabalho argentino que dialogou com as iniciativas brasileiras precursoras do AT e então desenvolveremos a história das práticas brasileiras até o momento da adoção da nomenclatura “Acompanhamento Terapêutico”.

As primeiras influências são oriundas das reformas promovidas pelos movimentos **inglês, francês e italiano**, ou seja, respectivamente, **as Comunidades terapêuticas, a psicoterapia institucional e a psiquiatria democrática italiana**. Vamos apontar os principais pontos de cada um dos movimentos citados que serão retomados mais a diante.

As **comunidades terapêuticas inglesas**, como nos apresenta Alvarenga, foram criadas por conta da necessidade do estado inglês, durante e após a Segunda Guerra Mundial de organizar a totalidade da administração dos serviços de saúde, eram dispositivos cuja responsabilidade pela aparecem na história com duas formas de influência. A primeira é **como proposta de estrutura**, pois seu modelo inspirou a criação de muitos dispositivos semelhantes, que propunham uma relação **horizontalizada** para os tratamentos, descentralizando a figura do médico e incluindo o paciente na tomada de decisão sobre seu tratamento (Alvarenga, 2006). Já a segunda como **movimento de reflexão sobre o cuidado com a loucura**, pois para além das necessidades imediatas do governo inglês no pós-guerra, a criação das primeiras comunidades terapêuticas ocorreu como produto de uma reflexão sobre **as violências observáveis nas relações entre os técnicos** de uma instituição psiquiátrica **e seus pacientes**. Hermann aponta David Copper como principal expoente da experiência das comunidades terapêuticas inglesas, que apontou para essa relação, destacando que a violência observada que se dava tanto fisicamente quanto institucionalmente a partir das estruturas dos manicômios, partindo das pessoas “sadias” (Hermann 2006 p. 12). Essa reflexão crítica produziu um certo *movimento crítico* que será visto nas experiências que se seguiram.

---

<sup>2</sup> LAM será a sigla utilizada para referir-se no texto à Luta Antimanicomial.

Na França, com as primeiras experiências da psicoterapia institucional que, junto das comunidades terapêuticas inglesas, se tornou base para a construção dos hospitais-dia. Também com o marco fundador no pós-guerra, a **psicoterapia institucional francesa**, como apresenta Alvarenga:

“A psicoterapia institucional francesa, segundo Hochman (apud Desvial, 2003), procurou organizar o hospital psiquiátrico como um campo de relações significantes utilizando de modo terapêutico os sistemas de intercâmbio existentes no interior da instituição”. (Alvarenga, 2006 p. 27)

Seu principal objetivo era contrapor-se ao modelo asilar, que produzia sujeitos, sejam eles trabalhadores ou pacientes da instituição, *institucionalizados*, ou seja, que produzem suas relações de forma dependente da instituição e, portanto, alienadas nela.

Essas produções ocorreram a partir das jornadas nacionais de psiquiatria realizadas na França na década de 1940, onde foi formulada uma nova política para as instituições psiquiátricas, que buscava romper com o modelo asilar estabelecido, chamada **política de setor** (Ibidem, p. 28). Essa política propunha uma nova organização partindo da **setorialização** do território francês, promovendo um conhecimento melhor da população de cada setor e de suas demandas, aproximando o serviço público dos usuários.

A principal influência da experiência francesa se dá, de forma semelhante à inglesa, na promoção de um **novo modelo de dispositivos** que substituíssem os manicômios. Como veremos a seguir, a implementação de novos dispositivos foi um fator indispensável para o surgimento das **práticas genitoras do AT**.

Outra experiência bastante influente no Brasil foi a **italiana**, herdando parte do que já tinha sido produzido por elas, mas elevando a reflexão para o nível social. Basaglia, psiquiatra responsável pelo **Movimento da Psiquiatria Democrática**, foi protagonista nas produções que defendiam que a **produção da loucura é social e, portanto, a reflexão sobre o cuidado com a loucura não pode se limitar à reforma das instituições psiquiátricas, mas tanto a reflexão quanto o movimento de transformação deve passar por questões sociais mais amplas** (Ibidem, p.30).

A partir do movimento *basagliano*, com apoio da conjuntura política da época, foi formulada e implementada uma reforma no sistema de saúde italiano, protagonizado pela experiência de Trieste, onde foi desenvolvida uma rede de serviços que lidavam tanto com as questões médicas e ambulatoriais quanto com a reabilitação dos usuários. Nesse ponto se deu a

principal diferença da experiência italiana: a relação do movimento com os setores organizados da população, como o movimento estudantil e os sindicatos, produziu uma integração entre o tratamento de saúde e a vida social. Um exemplo disso estava no nível de **reabilitação dos usuários**, que ocorria através do **trabalho** em cooperativas, produzindo uma interação nova entre a sociedade e a loucura.

As iniciativas supracitadas tiveram algumas propostas e trabalhos que já possuíam algumas características do que viria a ser o AT, mas a influência exercida na Argentina e no Brasil se deu de forma mais incisiva na construção dos dispositivos. A seguir abordaremos o segundo momento da história, **as produções argentinas e brasileiras precursoras do AT**.

Na Argentina foram feitos alguns trabalhos influenciados pelas experiências europeias no seu movimento de reforma. O desenvolvimento do AT no país se deu principalmente a partir das trocas entre psiquiatras e psicanalistas de Buenos Aires, que desenvolviam trabalhos como o do Centro de Estudos e Tratamento de Abordagem Múltipla em Psiquiatria (CETAMP), e brasileiros, vinculados ao projeto da **Comunidade Terapêutica Clínica Pinel**, à qual abordaremos mais à diante.

A prática denominada inicialmente de **amigo qualificado** foi inicialmente desenvolvida pelos integrantes do CETAMP, apresentado por Bueno, como uma forma de trabalhar com pacientes resistentes aos tratamentos convencionais, desenvolvendo um trabalho mais próximo ao cotidiano dos pacientes. Seu trabalho consistia em acompanhar os pacientes em suas atividades cotidianas, auxiliando tanto em atividades simples quanto nas relações sociais e familiares (Bueno, 2023 p. 11). Esse trabalho envolvia atividades extra institucionais, e eram conduzidos por membros do CETAMP em instituições psiquiátricas de forma geral.

Alguns trabalhos indicam que foi no CETAMP, na década de 60, onde foi utilizada pela primeira vez a nomenclatura “Acompanhamento Terapêutico”, como um movimento que visava o reconhecimento da prática como **profissional**, alinhada ao momento de expansão das reformas psiquiátricas. No entanto, nos trabalhos não parece ter havido um consenso na época, pois a nomenclatura “amigo qualificado” continuou circulando e acaba por chegar ao Brasil como veremos à diante.

Durante a ditadura militar argentina, houve diversos retrocessos na reforma psiquiátrica do país, diversas práticas inovadoras desenvolvidas na época foram consideradas subversivas. Junto disso, a partir da iniciativa do governo militar, houve um retorno de instituições de caráter manicomial, principalmente vinculadas ao setor privado. Com isso, trabalhos como o do CETAMP sofreram represálias, mas resistiram ao período ditatorial e além de retomados,

ganharam força na reconstrução dos serviços por conta dos esforços da articulação das universidades com os serviços públicos.

Passando para o Brasil, três trabalhos são marcantes na constituição do que viria a ser chamado **Acompanhamento Terapêutico**: em porto alegre os **atendentes psiquiátricos** da Comunidade Terapêutica **clínica Pínel**; os **Auxiliares psiquiátricos** da Comunidade Terapêutica **Clínica Villa Pinheiros** no Rio de Janeiro, e por fim, com o **Instituto A Casa**, herdeiros da experiência argentina dos **amigos qualificados**.

A Comunidade Terapêutica Clínica Pínel é um dos dispositivos criados inspirados nas comunidades terapêuticas inglesas, e lá se desenvolveu um trabalho importante na nossa história. Figurava nos trabalhos dessa clínica o chamado “atendente psiquiátrico”, um trabalhador que, sem necessariamente possuir uma formação prévia, realizava um atendimento similar aos referidos anteriormente como **amigos qualificados**. Seu trabalho era feito por pessoas que não possuíam necessariamente uma formação em psicologia ou medicina, que realizavam saídas com pacientes da clínica, participando de suas rotinas cotidianas. Seu lugar nos trabalhos da clínica não era totalmente integrado à instituição, mas possuía certo reconhecimento, como nos aponta Bueno:

O atendente psiquiátrico não fazia parte da equipe institucional, mas representava um elo potente e promissor no caminho do tratamento psiquiátrico de então. Sem *status* profissional, personificava o emblema fundamental da contracultura presente nas comunidades terapêuticas, qual seja, o de questionar as identidades profissionais e, conseqüentemente, as estruturas sociais existentes no manicômio. (Bueno, 2023 p. 09).

É importante lembrar que no contexto desse trabalho, nos anos 1960-70, a Ditadura Militar promovia uma tomada dos serviços psiquiátricos pela iniciativa privada, o que trouxe diversos retrocessos à reforma psiquiátrica brasileira, principalmente por conta dos avanços da iniciativa privada sobre as instituições de saúde. No entanto, os trabalhos da LAM não foram completamente interrompidos durante a ditadura militar, e a partir dos anos 1980 voltam a ganhar força com a redemocratização.

No Rio temos os **Auxiliares Psiquiátricos**, função criada na Clínica Pinheiros, que esteve em atividade entre 1969 e 1976 (Reis Neto 1995) com grande influência psicanalítica e inspiração nos trabalhos dos **amigos qualificados** e dos **atendentes psiquiátricos** citados anteriormente. Como nos aponta Reis Neto (1995), o trabalho do Auxiliar tinha como seu

componente o cuidado relacionado à convivência, inicialmente como uma tentativa de evitar a internação, desenvolvendo um acompanhamento em atividades externas à instituição.

O desenvolvimento desse trabalho, por parte dos próprios Auxiliares, começou a suscitar reflexões sobre o caráter clínico desse tipo de intervenção, que passou a ser organizado em grupos independentes de Auxiliares que promoviam essas discussões no campo e, junto disso como veremos a seguir, foram relevantes na discussão sobre a adoção da nomenclatura “Acompanhamento Terapêutico”, como veremos a diante.

Por fim, temos o trabalho do Instituto A Casa, um dispositivo **privado** que funciona até a atualidade no modelo Hospital-Dia. Lá foi formada a primeira equipe de amigos qualificados de São Paulo a partir das experiências argentinas com esse tipo de trabalho. Lá, como nos indica Sereno:

“Podemos dizer que, na história do Hospital Dia A Casa, o AT surge como uma clínica para atender à uma demanda institucional de um pedaço do tratamento que ficava fora dos tratamentos institucionais oferecidos” (Alvarenga 2006 p. 38 apud Sereno 1996 p. 29).

Essa não foi a única equipe de amigos qualificados formada em São Paulo; assim como ocorreu com os Auxiliares Psiquiátricos, grupos independentes passaram a levar à frente a prática do AT.

Nos trabalhos analisados, não temos uma descrição exata sobre como foi o momento histórico de como a nomenclatura “Acompanhamento Terapêutico” foi adotada em São Paulo, mas temos citada, dentre as produções do Instituto A Casa, o livro “A Rua como Espaço Clínico”, publicado em 1984 compilando os textos dos palestrantes do chamado “I Encontro Paulista de Acompanhantes Terapêuticos”. Temos referências apresentadas sobre essa publicação que indicam que nesse encontro teria sido discutida a adoção da nomenclatura, substituindo o “amigo qualificado” por “Acompanhante terapêutico” nas discussões sobre a criação do Instituto A Casa (Reis Neto, 1996 p. 221).

De forma mais definitiva, como nos traz Neto (ibidem, p. 212) no mesmo ano foi realizado um encontro de equipes de **auxiliares psiquiátricos**, mas especificamente organizado pelos grupos APSI; EAP; EQUIPSI; GRAP; grupo SOL e grupo OFICINA, onde se definiu também a mudança da nomeação de sua prática para **Acompanhamento Terapêutico**, a partir das discussões sobre a reivindicação do potencial clínico de sua prática, além da busca por um reconhecimento **profissional**.

Nesse ponto podemos concluir essa história possível para o AT, pois a partir dos anos 1980 começam a ser publicados trabalhos que abordam o tema utilizando essa nomenclatura como referência, alguns tentando construir definições para a prática com discussões teóricas e outros focados na investigação de suas raízes. De todo modo, é importante reforçar como a construção de uma história para o AT parte de um **esforço de síntese e integração** de informações presentes em diversos trabalhos que por vezes apresentam discordâncias importantes entre si sobre aspectos fundamentais dessa história. Mesmo que nem todos estejam aqui citados diretamente, todos os trabalhos foram fundamentais para a construção desse ensaio. No próximo ensaio serão apresentados os trabalhos que embasam a produção dessa proposta de história, buscando trazer um panorama de como a discussão se dá nas produções acadêmicas.

## Ensaio 2 – Construindo o Possível: As Diferentes Versões da História do AT na Produção Acadêmica

A história construída no primeiro ensaio é produto de um esforço de integração dos conteúdos dos trabalhos analisados. As produções são bastante distintas no seu tratamento em relação ao tema, na sua extensão, na sua data de publicação e nas suas vinculações temáticas. Entre os trabalhos analisados existem dois grupos principais: no **primeiro grupo** estão os trabalhos que tratam da história do AT como tema **principal** da sua produção, que visam ou apresentar a história ou a partir dela apresentar uma reflexão crítica sobre a prática; e no **segundo grupo** estão os trabalhos que têm a história do AT **como ferramenta para contextualização da prática**. Essa distinção faz-se importante pois a forma como é utilizada a história em cada grupo produz, ou *reproduz*, algumas polêmicas relacionadas à definição da prática do AT, que por não possuir um consenso, acaba mantendo estanca a discussão sobre a prática em si, ao invés de promover seu desenvolvimento. Vamos apresentar os trabalhos de cada grupo, em ordem de publicação, apontando as peculiaridades de cada grupo.

Os trabalhos do grupo 1 são os mais detalhados, todos se dedicam em algum momento em apresentar a história do AT de forma extensa.

Reis Neto (1995), o trabalho com data de publicação mais antiga do grupo, descreve a emergência do Acompanhamento terapêutico no Rio de Janeiro. Por conta do recorte, o autor apresenta elementos da história do AT que embasem as discussões propostas sobre a prática **na cidade do Rio de Janeiro**, o que o leva a trazer a história da anteriormente referida **Clínica Pinel**, a experiência do **CETAMP** e da própria **Vila Pinheiros**.

O autor nos apresenta o movimento de constituição de um trabalho clínico-terapêutico que se dava fora da comunidade terapêutica, desenvolvido a partir de psiquiatras e **auxiliares psiquiátricos** que passaram a reivindicar o reconhecimento do **caráter clínico** que possuía a prática, em um movimento tanto de elaboração do seu trabalho quanto de construção de sua **independência** em relação, por exemplo, à Clínica Vila Pinheiros.

Reis Neto discute a importância da reflexão sobre as **forças sociais** que se fazem presentes na realização de um trabalho como o AT. Entretanto, por conta de sua localização temporal a pouco mais de uma década da adoção desse termo para esse trabalho, o AT se encontrava em um momento de efervescência, de debates entre grupos que ainda estavam descobrindo/desenvolvendo esse tipo de trabalho. A discussão sobre a nomenclatura nos dá,

como um microcosmo da discussão, mostrando ao mesmo tempo que a prática **procurava por uma definição e por um lugar dentro das práticas reconhecidas em saúde mental.**

Alvarenga (2006) apresenta em seu trabalho uma relação entre achados históricos/teóricos sobre o AT e traça correlações com achados coletados de entrevistas feitas com acompanhantes terapêuticos em atividade, visando investigar “as transformações da **clínica do AT**” analisando as ressonâncias identificadas entre as vias. A apresentação da via histórica recebeu destaque para a análise deste trabalho.

A autora ressalta o lugar da prática do AT na história, entre o esforço do desenvolvimento de uma clínica e a constante transgressão que constituiu a prática pelos diferentes espaços onde esteve. A apresentação da história abrange as influências europeias na LAM na América Latina, passando pelas experiências argentina e brasileira das práticas que antecederam a formação do AT. Quando chega ao momento mais próximo da adoção da nomenclatura por trabalhos brasileiros, em torno dos anos 1980, a opção da autora foi por “explorar” as diversas experiências que coexistiram nesse momento histórico, apresentando elementos **emergentes** nas diversas experiências. Considerando o objetivo da pesquisa, podemos dizer que a contribuição do trabalho de Alvarenga para nossa discussão se destaca pelo **esforço de escuta dos ecos da história do AT na sua prática.**

Silva e Silva (2006) tem em seu trabalho uma das características mais comuns encontradas de forma geral durante a presente pesquisa, apresentam a história do AT *relacionando-a* a um tema em paralelo, no caso, às políticas públicas de saúde mental. Seu objetivo é, como outros trabalhos, tratar da **emergência** da prática, discutindo a posição do AT entre a crítica ao modelo manicomial e a reprodução da lógica adaptativa de tratamento.

Com esse trabalho, encontramos reflexões importantes sobre o papel das práticas antecessoras do AT, o **atendente psiquiátrico, atendente grude, o auxiliar psiquiátrico, entre outros**, tratando da posição de seus trabalhos em relação às suas instituições de referência, apontando que o caráter artesanal do trabalho promoveu, em determinada medida, uma submissão da prática a lógicas estabelecidas nas instituições, como a promoção da adaptação dos sujeitos, a exportação para fora dos muros das instituições da sua lógica interna de trabalho. Isso, segundo os autores, mostra um prejuízo na construção do AT enquanto prática clínica e crítica.

Nogueira (2009) em seu trabalho se dedicou a um recorte mais específico da história do AT, a experiência em Betim, cidade do interior do estado de Minas Gerais. O objetivo do trabalho da autora é propor uma caracterização do AT a partir de uma revisão bibliográfica sobre

a história do AT juntamente com uma pesquisa feita entre trabalhadores da saúde mental em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

Após a apresentação dos resultados dos dois eixos da pesquisa, a autora discute alguns detalhes da prática, tanto para falar das potencialidades quanto de problemas vivenciados pelo AT. A história apresentada no trabalho mostra como os elementos incorporados na caracterização tem raízes no exercício do AT **nas instituições de onde vem, nas equipes das quais fazem parte**. Ou seja, como outros trabalhos também demonstram, **não é possível tratar da história do AT de forma isolada**.

Neto, Pinto e Oliveira (2011) em seu trabalho se dedicam a investigar as transformações que ocorreram com a prática do AT ao longo do tempo a partir de uma perspectiva histórica. Sua reflexão é impulsionada pela identificação de uma demanda pelo trabalho exercido pelos at's, concomitante com a preocupação dos at's com o manejo em seu trabalho.

Em suas conclusões, os autores valorizam os esforços dos praticantes do AT em promover uma teorização de sua prática, mas alertam sobre o perigo da repetição do erro que deu lugar ao “técnico psi”. A resistência na instituição do AT, segundo os autores, é reflexo da resistência do AT ao enquadramento dentro de um saber que o imponha os limites de um saber técnico, esvaziado de sua potência crítica.

Souza e pontes (2017), compartilhando da estratégia adotada por Silva e Silva (2006), utilizando o tema da *reforma psiquiátrica* como referência para apresentar o surgimento do AT. O trabalho se trata de uma revisão bibliográfica, e suas conclusões reiteram alguns pontos já vistos em trabalhos anteriores, reforçando a necessidade da promoção de práticas, como o próprio AT, defendendo a importância de firmá-lo como um dispositivo possível na clínica em saúde mental.

Em sua conclusão, o autor nos traz uma reflexão importante sobre as consequências da ausência do AT nas regulamentações das políticas de saúde mental. Isso prejudica a visibilidade do AT frente ao campo da saúde mental, que poderia ser um dos dispositivos que contribuiria para o desenvolvimento da reflexão crítica característica da reforma psiquiátrica sobre as intervenções do campo da psicologia. Práticas como o AT reforçam o respeito à autonomia e liberdade dos usuários dos serviços, podendo produzir um movimento profícuo nas instituições para que se siga desenvolvendo propostas de outros modos possíveis de cuidado, liberdade e existência.

Fechando o grupo 1, Bueno (2023) em seu trabalho trata das origens do AT enquanto prática em meio aos movimentos das reformas em saúde mental. O trabalho apresenta, para

além do AT, outras práticas e detalhes históricos que de alguma forma fizeram parte da constituição dessa clínica. Bueno coloca como centrais os papéis da Argentina e do Brasil na construção e consolidação do AT, reforçando sua relação com as prerrogativas das políticas de saúde mental construídas durante as reformas psiquiátricas.

O autor apresenta alguns pontos diferenciados em relação aos trabalhos anteriores, dentre eles o mais significativo para nossa análise é a exposição sobre a **o processo de profissionalização do AT e seus impactos no desenvolvimento da prática**. O autor comenta que em países como a Argentina, Uruguai e Espanha, o AT recebeu reconhecimento enquanto prática **profissional**, com formação de nível comparável ao **tecnólogo** no Brasil, fazendo parte de currículos universitários de graduação e como especialização em determinados casos.

Vale ressaltar que o trabalho de Bueno, por ser o mais recente do grupo, é o trabalho com maior quantidade de informações disponíveis acerca da situação contemporânea do AT. Muitos pontos levantados pelo autor e considerados aqui poderiam ser desenvolvidos em pesquisas independentes.

O grupo um se destaca por, de forma geral, tratar da história do AT com a implicação de tratar da **identidade do AT**, combinando análises históricas e da prática corrente, mostrando a história viva na prática, juntamente com os desafios para seu desenvolvimento, observado principalmente nos trabalhos que utilizam metodologias combinadas de revisão bibliográfica e pesquisa empírica. A relação entre a história e a prática mostra como o AT em especial contém em si o movimento de sua constituição mesmo décadas após a adoção da nomenclatura.

As principais diferenças encontradas nos trabalhos estão em torno dos **recortes** dos trabalhos, sejam eles **temporais, focais** ou **geográficos**, além das variações metodológicas que trazem cada uma à sua maneira uma perspectiva sobre o assunto. É possível observar também a diferença de tratamento nos trabalhos conforme a data de publicação. Os estudos mais recentes do grupo (Bueno, 2023; Souza e Pontes, 2017), por exemplo, ampliam a discussão para questões de regulamentação e profissionalização, refletindo a evolução do debate ao longo do tempo.

Em relação ao grupo 2, como eles não tratam diretamente da história do AT em seus objetivos principais, apresentaremos aqui os trabalhos de forma geral e em seguida **sua forma te apresentar/tratar da história do AT**, objetivo principal da leitura e análise desses trabalhos.

Temos primeiro Simões e Kischbaum (2005), um dos trabalhos mais referenciados entre os coletados nesta pesquisa, apresenta uma revisão bibliográfica das produções científicas sobre

o AT de 1960 a 2003. Seu objetivo é identificar **temas emergentes** e estabelecer uma definição para o AT para os agentes da prática.

O trabalho trata brevemente da história do AT como elemento **de contextualização** para iniciar em seguida as discussões propostas. O AT enquanto tal não aparece na contextualização, mas aparecem outros dados históricos que já observamos em outros trabalhos, como a **LAM e as reformas psiquiátricas** como elementos que, em determinada medida, foram fundamentos para a constituição do AT.

Em seguida, Guerral e Milagres (2005) contextualizam a prática do AT para apresentar as contribuições da psicanálise para sua constituição, propondo uma formalização para o AT a partir do referido campo. O texto parte de uma discussão sobre o AT que trata de sua história diretamente para então apresentar **possibilidades** de contribuição da psicanálise.

Entre os trabalhos do grupo 2, a produção de Guerral e Milagres se destaca por abordar com certa profundidade a história da constituição do AT, pois mesmo abordando como ferramenta de contextualização, o AT e seus predecessores estão no centro da discussão histórica, utilizando por exemplo referências que foram abordadas no presente trabalho, no caso, Reis Neto (1995), mas com o intuito de iniciar a discussão proposta, portanto, sem grande destaque para elementos da história em si.

Hermann (2008) em sua tese de doutorado em seu trabalho busca apontar, com a perspectiva da psicanálise lacaniana, uma *função* para o AT, refletindo sobre o tratamento das psicoses, sua instalação institucional nos diferentes dispositivos construídos durante a reforma psiquiátrica, e sobre o *olhar em rede*. O autor dedica um capítulo para a caracterização do AT, e o faz a partir de recortes históricos, onde menciona experiências da LAM europeia, os trabalhos argentinos e as experiências brasileiras que antecederam a adoção da nomenclatura “Acompanhamento Terapêutico”.

O trabalho de Hermann é um dos mais citados entre os outros analisados nesta pesquisa, seu tratamento com a história do AT, por mais que não tenha a descrição dessa história como objetivo principal, traz um panorama robusto sobre a constituição **da prática em si**, enquanto outros trabalhos analisados aqui trataram longamente sobre aspectos que circundavam o AT durante o seu desenvolvimento. Esse diferencial não eleva o trabalho de Hermann em relação a outros trabalhos de perspectiva histórica, mas sua produção produziu um impacto importante nas outras produções futuras sobre AT, e por isso merece destaque.

Os trabalhos de Marco e Calais (2012) e de Cassas (2013) são os únicos integrados na presente pesquisa que abortam a relação possível entre AT e a prática do analista do

comportamento. Sua inclusão partiu de um esforço ativo em incluir trabalhos que tivessem alguma abordagem, que não a psicanálise, desenvolvendo a discussão sobre a prática do AT e que tivessem alguma menção à sua história.

Marco e Calais (2012) tiveram como objetivo a **caracterização** do AT sob a perspectiva da análise do comportamento, analisando descrições do trabalho coletadas em entrevistas semiestruturadas com at's em atividade localizados na cidade de São Paulo. Os autores colocam como destaque a dificuldade de **identificar as variáveis presentes na atuação do AT a partir dos trabalhos pré-existent**s, que não estabelecem um consenso científico. A história do AT apresentada tem função de contextualização da discussão, mas seu foco está na análise das descrições coletadas.

Dada a metodologia do trabalho, podemos observar que os autores buscam analisar o AT a partir da **descrição dada por at's atuantes**, sem fazer a integração com produções históricas sobre o AT como outros trabalhos fizeram, marcando uma diferença importante em relação aos outros trabalhos analisados.

Já Cassas (2013) em sua tese de doutorado, por sua vez, traz uma maior profundidade para a discussão, pois a partir de uma análise de práticas terapêuticas de base behaviorista radical o autor constrói uma comparação com o AT visando entender se entre elas existe a distância pressuposta. Ou seja, Cassas apresenta como possibilidade uma relação entre as práticas de base behaviorista radical e o AT que exista para além da nomenclatura.

O autor resgata a história do AT em um de seus capítulos, visando a apresentação do AT para que seja feita a comparação com as outras práticas que apresenta. Os trabalhos analisados **são do campo da análise do comportamento**, que não o behaviorismo radical, todos de publicação brasileira. Em sua análise, o autor demarca algumas características apontadas nesses trabalhos para delimitar o que seria a prática do AT e estabelecer uma comparação.

O trabalho de Cassas, por mais que não traga uma descrição histórica do AT de forma geral, por discutir com proposições sobre o AT, de dentro do campo da análise do comportamento, que datam desde 1999, nos mostra que **existem elaborações sobre o AT** no campo, que não são citadas em outros trabalhos, mas que já possuem desenvolvimento. Destacamos aqui essa produção para apontar que, a partir desses trabalhos, podemos afirmar que existe parte da história do AT que não foi contada nas outras produções.

Santos *et.al* (2015) apresenta uma revisão bibliográfica das produções sobre o AT com o recorte da produção científica brasileira entre 2000 e 2011. O objetivo do estudo foi

dimensionar a produção científica sobre o tema, entendendo a relevância da prática do AT no campo da saúde mental, buscando desvelar lacunas presentes na discussão sobre o tema.

A inclusão deste trabalho entre os analisados foi para buscar entender melhor a situação das pesquisas sobre o AT. Seus resultados nos mostram que, por mais que no período pesquisado, o interesse das pesquisas pelo tema tenha se mantido, ainda é necessária, segundo os autores, uma maior **sistematização** do tema para que seja possível consolidar a prática como uma ferramenta do campo da saúde e para que possa ter expandido seu universo de aplicabilidade.

Batista, Flor e Silveira (2017) discutem por meio de uma revisão bibliográfica, a prática do AT com crianças, visando apresentar uma caracterização do trabalho com esse público. O trabalho apresenta como parte de seus resultados a informação de que a maioria dos trabalhos de AT ocorrem com o público infantil tanto nas escolas quanto em outros espaços como abrigos e centros de convivência.

O aspecto mais relevante da pesquisa de Batista e outros é a constatação, em mais um recorte analisado, sobre a escassez de trabalhos sobre o tema, além da falta apontada pelos autores de estudos sobre o tema em relação às famílias dos acompanhados. O trabalho trata brevemente da história do AT, mas não apresenta novidades em relação aos outros trabalhos.

Baptista, Cavalcante e Barbosa (2018) investigam em seu trabalho relação entre a prática do AT e a reforma psiquiátrica. Seus resultados nos dizem que o AT tem ganhado mais visibilidade, ao menos na época da produção da pesquisa, e que a **transdisciplinaridade** do AT é uma de suas marcas mais relevantes, oriunda de suas raízes na reforma psiquiátrica.

O trabalho nos apresenta a relação entre o contexto histórico do AT e suas práticas, construindo uma contribuição importante para a compreensão do sentido **político** da prática do AT. Os achados históricos não apresentam novidades em relação a outros trabalhos já citados, mas vale apontar o destaque dos autores para a importância da atuação em rede, não só para o AT mas para o cuidado integral em saúde mental.

Fernandes (2020), o único representante da Fenomenologia existencial entre os trabalhos, aborda as contribuições da abordagem para a prática do AT. A pesquisa foi produzida a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, juntamente com uma entrevista realizada com um psicólogo que atua como at. O trabalho parte da experiência do autor de formação em AT na abordagem, e é motivado também pela escassez de trabalhos que tratem do AT com orientação na abordagem referida.

O autor faz um breve percurso pela história do AT, passando brevemente por autores e experiências das reformas psiquiátricas inglesa, francesa, italiana, argentina e brasileira, até o momento em que teoricamente o trabalho surgiria, segundo o autor, nos anos 1970, com inspiração na experiência de psicanalistas na argentina. O autor constrói correlações entre a prática do AT e a abordagem, sugerindo interlocuções possíveis, mas sem adicionar novos elementos históricos.

Por fim, encerrando o grupo 2, temos Bueno (2023), dessa vez com uma proposta voltada à investigação de novas formas de assistência em saúde mental, apontando o AT como uma prática potente em meio a estas. O trabalho ressalta que, apesar de termos disponível uma certa quantidade de trabalhos sobre o tema, o AT ainda é pouco difundido dentro dos serviços de saúde, sem adições relevantes de elementos históricos.

Os trabalhos do grupo 2 apresentam grande variação nas formas como eles tratam a história do AT, mas existem algumas semelhanças importantes como o papel de ferramenta para contextualização do trabalho, a relação entre o AT e a reforma psiquiátrica, a preocupação com a sistematização e definição sobre o AT e os apontamentos sobre a escassez de trabalhos ligados ao tema em diversos recortes.

Nesse grupo, encontramos uma maior variabilidade entre recortes e métodos, tendo pesquisas que fazem revisões bibliográficas, pesquisas empíricas e discussões teóricas construídas com recortes de abordagem psicológica de referência ou sem o viés teórico, e com variações de público-alvo.

Vale ressaltar dentro do grupo 2 a ênfase no foco dos trabalhos produzidos de 2005 a 2013 na construção teórica e na proposição de definições para o AT, enquanto os trabalhos mais recentes, de 2015 a 2023 são marcados pela discussão sobre a aplicabilidade do at com determinados públicos e em determinados dispositivos, apontando também lacunas nas pesquisas referenciadas.

Apresentados os trabalhos analisados, no último ensaio será colocada uma discussão sobre o tema, juntamente com uma análise documental, para discutir perspectivas futuras para o Acompanhamento Terapêutico.

### Ensaio 3 Questões emergentes: Reflexões sobre a história e Identidade do Acompanhamento Terapêutico

Entendemos que a história do Acompanhamento Terapêutico possui diversos aspectos a serem levados em conta, como grandes variações nas vinculações temáticas, nos recortes e metodologias de abordagem em relação ao tema. Essa grande variedade foi o que inspirou a produção do trabalho pois, simultaneamente, mostrava a multiplicidade presente na história do AT enquanto também mostrava sua “falta de lugar”. Com isso, agora, partiremos para a discussão de algumas características das produções analisadas para apontar questões emergentes sobre o tema.

Uma das características compartilhadas pelos trabalhos analisados que chama a atenção é que o termo “Acompanhamento Terapêutico” é utilizado como termo **guarda-chuva** para se referir a diversas práticas que aconteceram **anteriormente** à adoção ou mesmo da criação da nomenclatura. Ou seja, a **depende do referencial, do recorte ou da metodologia adotada por cada trabalho**, algumas práticas serão nomeadas exatamente como AT em determinados trabalhos, enquanto em outros a mesma prática terá um nome diferente. Ocorre também a coexistência entre o termo AT e outro, como sinônimos, principalmente nos trabalhos que não tem como objetivo principal a sistematização da história da prática, que acabam por sintetizar a história da prática a ponto de utilizar a nomenclatura dessa forma.

Podemos analisar essa questão a partir de outro aspecto frequentemente mencionado nos trabalhos estudados, que é a escassez de pesquisas que sistematizem a prática do AT. Nota-se que, ao longo dos anos, o enfoque desses estudos mudou, deixando de ser uma tentativa de propor uma definição ou de participar ativamente do debate para assumir um caráter mais investigativo da prática e de sua história. Em outras palavras, percebe-se que muitos trabalhos ainda buscam estabelecer ou ao menos defendem os esforços para a criação de uma **definição, uma sistematização ou um lugar comum** para o Acompanhamento Terapêutico.

A nomeação de múltiplas práticas expostas pelos trabalhos, as vezes com seus nomes traduzidos com precisão ou sob o guarda-chuva do AT, nos mostra como no Brasil a falta desse lugar comum para a prática produz uma repetição nas pesquisas, que mostram interesse e pujança no desenvolvimento do AT, mas que acabam por chegar em conclusões semelhantes e por vezes repetitivas.

Podemos afirmar que os trabalhos analisados apontam para a existência de certos lugares comuns, no plural, em torno do Acompanhamento Terapêutico (AT). O primeiro deles

é seu vínculo histórico com a Luta Antimanicomial (LAM), relação reiteradamente citada e que associa o AT ao processo de desinstitucionalização. Essa conexão frequente desdobra-se em duas dimensões principais. A primeira, de caráter concreto, refere-se à atuação do AT na circulação de pacientes pelo espaço público – traço que emerge como indissociável de sua prática, especialmente quando se consideram suas origens. As experiências precursoras do AT tinham, justamente, na ocupação de territórios externos aos muros psiquiátricos, uma de suas ferramentas centrais. Isso não eliminou a possibilidade de atuação terapêutica no interior das instituições, mas consolidou-se como uma marca recorrente nos estudos sobre o tema.

Uma segunda leitura dessa associação entre AT e desinstitucionalização reside em seu sentido metafórico. A atuação dos acompanhantes terapêuticos e de seus antecessores, ao viabilizar a circulação de sujeitos antes confinados aos manicômios, materializou também a crítica radical da Luta Antimanicomial-LAM às estruturas manicomiais. Tratava-se, assim, de transcender não apenas os limites físicos das instituições, mas sobretudo sua lógica de funcionamento, que, sem a transformação crítica do campo da saúde como um todo, poderia se reproduzir mesmo nos dispositivos pós-reforma.

Isso posto, podemos avançar na discussão tratando dos impactos da ausência do AT nas regulamentações das práticas em psicologia, outro ponto levantado por alguns trabalhos. Após a adoção da nomenclatura no Brasil, como vimos durante o primeiro ensaio, não encontramos o AT como uma das práticas reconhecidas como profissão pela legislação na construção das políticas públicas de saúde mental que viriam a se tornar a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS no futuro e tão pouco pelo conselho federal de psicologia, órgão fiscalizador dos profissionais que atuam no Brasil.

Essa situação é diferente de outros exemplos citados por Bueno (2023), que apresenta em seu trabalho alguns exemplos de países que incorporaram o Acompanhamento Terapêutico no corpo das práticas profissionais em saúde mental. Na Argentina, por exemplo, os cursos oferecidos sobre AT tem **reconhecimento legal**, além de estar presente em matrizes curriculares de alguns cursos de psicologia. Ademais, a expansão e o fortalecimento do AT no país levaram à criação da Associação de Acompanhantes Terapêuticos da República Argentina (AATRA), e ainda houve a criação de vagas de trabalho **na especialidade de AT**.

Essa discrepância entre o reconhecimento do AT no Brasil e em outros países, como a Argentina, evidencia um atraso na formalização dessa prática no cenário nacional, o que pode fragilizar sua legitimidade e aplicabilidade dentro da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Enquanto na Argentina o AT é institucionalizado, com formação regulamentada e espaços profissionais consolidados, no Brasil sua **ausência nas normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP)** e nas políticas públicas de saúde mental limita seu potencial como ferramenta de desinstitucionalização e cuidado. A falta de regulamentação específica pode levar à **precarização da prática**, com acompanhantes atuando **sem respaldo legal e sem diretrizes claras**, o que pode comprometer a qualidade do trabalho e a segurança tanto dos profissionais quanto dos usuários.

A Resolução de número 17/2022 do CFP que trata dos “parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde”, estabelecendo normas de referência para **orientar** psicólogas atuando nos serviços de saúde. A resolução regulamenta aspectos como o tempo médio estimado para práticas psicológicas; a distribuição das ações profissionais; os critérios para alocação de profissionais conforme o nível de complexidade do serviço de saúde; em suma, parâmetros de **embasam** a atuação dos profissionais.

Se o CFP incorporasse o AT em suas resoluções, poderia não apenas legitimar a prática frente ao campo da saúde mental, mas também fortalecer sua inserção na RAPS, garantindo maior estruturação para a prática, além de visibilidade e respaldo para a criação de formações reconhecidas como **profissionais**. A formulação de parâmetros para a prática poderia ser construída a partir de seminários e grupos de pesquisa em AT para que futuros profissionais pudessem exercer a prática com referências, com mais solidez do que o cenário apontado pelos trabalhos analisados anteriormente nos traz.

A falta desse respaldo produz um espaço vazio, onde podem surgir tentativas de apropriação da nomenclatura, que já sofre com a falta de definição, para se referir a trabalhos que não levam em conta as produções que já existem sobre o Acompanhamento Terapêutico. Alguns efeitos desse espaço vazio podem ser observados a partir do exemplo do Projeto de Lei 1432/2024. O projeto propõe exatamente **uma regulamentação par a profissão de acompanhante terapêutico**, estabelecendo **a necessidade de formação obrigatória vinculada ao que a deputada autora do PL chama de “terapia comportamental ou comportamento verbal”**, além de apontar como **de competência privativa do acompanhante terapêutico a implementação de procedimentos individualizados para aquisição de habilidades, prevenção e redução de comportamentos inapropriados pelo paciente**, juntamente com a obrigatoriedade da **submissão do trabalho à supervisão**, sem especificar se

isso ocorreria para toda prática do AT ou apenas enquanto parte da formação, o que prejudica o caráter **profissional** do trabalho, submetendo-o a um lugar de subalternidade para a prática.

No referido PL vemos diversos exemplos opostos à muitos pontos caros aos grupos que desenvolveram as práticas precursoras do AT, em relação à luta pelo reconhecimento do caráter clínico de suas intervenções, da reivindicação do reconhecimento **profissional** para a prática, entre outros. Com a ausência de uma regulamentação feita a partir das produções sobre o AT cria-se um espaço vazio que pode ser ocupado de acordo com os interesses que não levam em conta o que já foi produzido sobre o AT, como o projeto de lei apresentado. Até a produção deste trabalho, o projeto de lei se encontra em tramitação, então não é possível tratar dos impactos concretos de sua possível aprovação, mas cabe o alerta de que **há interesse na regulamentação da prática do AT que não partem das discussões construídas ao longo das últimas décadas**, o que pode trazer ainda mais prejuízos ao desenvolvimento da prática.

Em pesquisas futuras, seria produtivo comparar a situação do AT em países que adotaram a regulamentação e a formação profissional da prática no campo da psicologia ou saúde, abandonando a prática exclusivamente leiga. Essa abordagem permitiria analisar se o reconhecimento profissional efetivamente contribuiu para a disseminação da prática e para sua sustentação profissional, além de identificar eventuais limites e problemas decorrentes desse modelo. Investigações sobre essas diferentes trajetórias históricas poderiam enriquecer o campo de estudos em AT, fortalecendo tanto a produção acadêmica quanto as iniciativas práticas no Brasil, o que, por sua vez, favoreceria uma maior inserção da prática nos dispositivos de saúde.

Concluindo, vale ressaltar que existem produções sobre o AT que não estão nos circuitos acadêmicos das teses e artigos, mas que foram produzidos por grupos de estudantes e trabalhadores vinculados ao AT e que são referenciados pelos trabalhos de pesquisa. Um trabalho que se dedique a investigar essas produções pode trazer aspectos da história do AT que não encontraremos apenas investigando os trabalhos disponíveis nas plataformas universitárias que temos.

A análise das produções sobre o Acompanhamento Terapêutico (AT) revela uma prática marcada por multiplicidade e, ao mesmo tempo, por uma certa indefinição estrutural. A diversidade de abordagens, recortes e metodologias nos trabalhos estudados demonstra tanto a riqueza do campo quanto sua falta de sistematização, como já apontamos. A associação histórica entre o AT e a LAM, ainda que fundamental, não foi suficiente para garantir o reconhecimento institucional do AT no Brasil, o que reflete na ausência de regulamentação para a prática.

Já podemos observar os impactos dessa situação, que torna o AT vulnerável a apropriações equivocadas, como demonstra o Projeto de Lei 1432/2024. Ao propor uma regulamentação que desconsidera décadas de produção teórica e clínica sobre o AT, o PL exemplifica os riscos de uma formalização que não emerge do próprio campo, mas de interesses externos, podendo descaracterizar a prática e submetê-la a uma lógica técnica que ignora suas raízes críticas e clínicas.

Diante desse cenário, torna-se urgente não apenas ampliar as pesquisas que busquem sistematizar a história e os fundamentos do AT, mas também fomentar discussões que pressionem por uma regulamentação respaldada nas produções já existentes. A comparação com experiências internacionais, como a argentina, pode oferecer insights valiosos sobre os impactos da profissionalização, desde a ampliação da visibilidade e da inserção nos serviços de saúde até os possíveis desafios decorrentes de uma formalização burocrática.

Em suma, o futuro do AT no Brasil depende da articulação entre pesquisa, prática e política. É necessário que pesquisadores da psicologia ligados ao AT se articulem coletivamente para garantir que a regulamentação dialogue com suas bases históricas e teóricas. Como demonstram as experiências do Instituto A Casa, dos grupos de auxiliares psiquiátricos do Rio de Janeiro e do CETAMP, abordadas no primeiro ensaio, a **autorreflexão coletiva** sempre foi motor do AT, gerando avanços qualitativos para a prática.

Seguindo o exemplo histórico, é necessário que pesquisadores da psicologia ligados ao AT se organizem coletivamente para influenciar a regulamentação de forma coordenada para evitar que ela ocorra de maneira alheia às suas bases históricas e teóricas. Isso pode ser construído a partir de jornadas nacionais de discussão sobre a prática, com simpósios, seminários e fóruns abertos a praticantes do AT, e as produções levantadas nas jornadas poderão embasar as discussões, por exemplo do Conselho Federal de Psicologia, para a formulação de parâmetros para a formação e para o trabalho em Acompanhamento terapêutico.

As jornadas nacionais dariam continuidade a essa tradição, agora com foco na construção de uma regulamentação **ancorada na história da prática**, que a apoie sem reduzi-la a protocolos. Assim, seria possível fortalecer seu estatuto **profissional do Acompanhamento Terapêutico** sem esvaziar sua potência crítica no campo da psicologia e da saúde pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos reconstruir uma história possível do Acompanhamento Terapêutico (AT), desde suas raízes nas reformas psiquiátricas europeias até sua consolidação à adoção da nomenclatura no Brasil, passando pelas influências argentinas e pelas experiências precursoras desenvolvidas em diferentes contextos institucionais. A análise dos trabalhos acadêmicos revelou não apenas a riqueza e a multiplicidade dessa história, mas também os desafios que ainda persistem em torno da identidade, da regulamentação e do reconhecimento profissional do AT.

A trajetória do AT está intrinsecamente ligada à Luta Antimanicomial (LAM), sendo marcada por uma tensão constante entre a **busca por legitimação clínica** e a **resistência a enquadramentos burocráticos** que possam esvaziar seu potencial crítico. No entanto, a ausência de uma regulamentação específica no Brasil tem deixado a prática vulnerável a apropriações que desconsideram suas bases históricas e teóricas. O Projeto de Lei 1432/2024, citado no último ensaio, ilustra os riscos de uma regulamentação alheia às discussões já construídas no campo, podendo reduzir o AT a uma técnica protocolar desvinculada de seu caráter político e clínico original.

Diante desse cenário, entendemos que uma articulação coletiva entre pesquisadores, profissionais e movimentos sociais poderia contribuir para garantir que qualquer formalização da prática dialogue com sua história e suas especificidades. A realização de jornadas nacionais, simpósios e fóruns de discussão poderia fortalecer essa mobilização, pressionando por uma regulamentação que, longe de engessar o AT, fortaleça sua inserção na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) sem perder de vista sua potência transformadora.

Por fim, destacamos a necessidade apontada pelos trabalhos analisados de ampliar as pesquisas sobre o AT, tanto no que diz respeito à sua história quanto às suas possibilidades futuras. A comparação com outras trajetórias da prática pode enriquecer o debate e contribuir para o desenvolvimento da prática.

O Acompanhamento Terapêutico, enquanto prática nascida da crítica às instituições totais e da aposta na circulação e na autonomia dos sujeitos, carrega em si um paradoxo: sua força está justamente na capacidade de se reinventar, mas sua sobrevivência depende, em parte, de um mínimo de estruturação que a proteja de descaracterizações. Cabe ao campo da psicologia e da saúde mental coletiva encontrar um equilíbrio entre essas duas dimensões, garantindo que o AT continue a ser, como sempre foi, um dispositivo de invenção e liberdade.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Cérise. Trânsitos da clínica do acompanhamento terapêutico (AT): da via histórica à cotidiana. 2006. 147 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, 2006.

BAPTISTA, J. A. DOS S.; CAVALCANTE, R. J. DA S.; BARBOSA, M. DO ENCLAUSURAMENTO À AUTONOMIA: O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA REFORMA PSIQUIÁTRICA. **Perspectivas em Psicologia**, v. 22, n. 2, 31 dez. 2018.

BATISTA, A. L.; FLOR, T. C.; SILVEIRA, R. W. M. DA. Saberes e práticas do acompanhamento terapêutico com crianças: uma revisão bibliográfica. **PHENOMENOLOGICAL STUDIES - Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 23, n. 1, p. 55–62, 2017.

BRASIL, Projeto de Lei nº 1.432, de 2024. Regulamenta a profissão de acompanhante terapêutico. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: [<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2430015>]. Acesso em 28/05/2024.

BUENO, R. C. Acompanhamento Terapêutico: a gênese nos movimentos reformistas em saúde mental, suas clínicas e a profissionalização instituinte da prática. **InterAção**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. e74445, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/74445>. Acesso em: 19 maio. 2025.

BUENO, R. C. ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E SAÚDE MENTAL: O cuidado pela clínica peripatética. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 22–35, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/763>. Acesso em: 19 maio. 2025.

CASSAS, F. A. O acompanhamento terapêutico como prática do analista do comportamento: uma caracterização histórica com base no behaviorismo radical. 2013. 162 f. **Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **RESOLUÇÃO Nº 17, DE 19 DE JULHO DE 2022**. Dispõe acerca de parâmetros para práticas psicológicas em contextos de atenção básica, secundária e terciária de saúde. [S.l.: s.n.], 2022.

DIAS SIMÕES, C. H.; ISANE RATNER KIRSCHBAUM, D. Produção científica sobre o acompanhamento terapêutico no Brasil de 1960 a 2003: uma análise crítica. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 392, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/4569>. Acesso em: 28 maio. 2025.

FERNANDES, L. M. C. CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL PARA A PRÁTICA DO ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT). Orientador: Luis Eduardo França Jardim. 2020. 63. **Trabalho de Conclusão de Curso (Superior). Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde**. São Paulo. 2020.

GUERRA, Andréa Máris Campos; MILAGRES, Andréa Franco. Com quantos paus se faz um acompanhamento terapêutico? contribuições da psicanálise a essa clínica em construção. **Estilos da Clínica** São Paulo, Brasil, v. 10, n. 19, p. 60–83, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/169976>. Acesso em: 3 jun. 2024.

HERMANN, Mauricio Castejon. Acompanhamento terapêutico e psicose: um articulador do real, simbólico e imaginário. **Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-01122009-105523/pt-br.php>>. Acesso em: 06 nov. 2024

MANOEL, S. et al. Produção científica sobre Acompanhamento Terapêutico (AT) na pós-graduação brasileira: revisão da literatura. **Psicologia: teoria e prática**, v. 17, n. 2, p. 64–77, 2015.

MARCO, M. N. DA C.; CALAIS, S. L. Acompanhante terapêutico: caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 14, n. 3, 2 abr. 2013.

NOGUEIRA, A. B. O acompanhamento terapêutico e sua caracterização em Betim e Belo Horizonte. **Psicologia em Revista**, v. 15, n. 2, 27 nov. 2009.

REIS NETO, R. DE O.; TEIXEIRA PINTO, A. C.; OLIVEIRA, L. G. A. Acompanhamento terapêutico: história, clínica e saber. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 30–39, 2011.

RUSSEL, Cynthia L. An overview of the integrative research review. *Prog Transplant*. 2005. Mar;15(1):8-13. doi: 10.1177/152692480501500102. PMID: 15839365.

SILVA, A. S. T. DA; SILVA, R. N. DA. A emergência do acompanhamento terapêutico e as políticas de saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 210–221, jun. 2006.

SILVA SOUZA, A. M.; PONTES, S. A. ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT) E REFORMA PSIQUIÁTRICA: HISTÓRIA DE UMA PRÁTICA. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 335, 24 set. 2017.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.